

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 5 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE

-----Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e quinze, pelas dezanove horas, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Grandes Opções do Plano para o ano de 2016; -----

-----2. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2016, Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) 2016-2019, Relatório da Proposta de Orçamento e Medidas de Execução do Orçamento para o ano 2016; -----

-----3. Mapa de Pessoal para o ano de 2016;-----

-----4. Regulamento de Controlo Interno – 1ª revisão; -----

-----5. Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal - 1ª revisão; -----

-----6. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos plurianuais assumidos desde 31.08.2015 a 23.10.2015; -----

-----7. Atualização da Titularidade dos Contratos de Fornecimento de Água; -----

-----8. Plano de Ação para a Energia Sustentável de Porto de Mós; -----

-----9. PROC. N.º 04/336/2008 – REQUERENTE - PEDRAMOCA – Sociedade Extrativa de Pedra, Lda. – requer que seja emitida uma Declaração de Interesse Municipal, para legalização da ampliação de uma Pedreira de calcário ornamental, denominada “Cabeça Gorda”, sita em Cabeço Gordo, freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós; -----

-----10. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.- -----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:** -----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Benvinda da Silva Cláudio Januário (Presidente da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados/PSD - Falta Justificada); Rita Isabel da Silva Pereira (PS – Falta Justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Fernando Correia Marto, Rita Cerejo, António José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se a Chefe de Divisão Neuza Morins e as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de declarar abertos os trabalhos da presente sessão, deu conhecimento à Assembleia Municipal de que a senhora Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados, Benvinda da Silva Cláudio Januário, seria substituída pelo Tesoureiro da mesma, Paulo Jorge Melo dos Santos, nos termos da lei e do regimento.-----

-----Depois ainda, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, interrompeu a sessão durante cinco minutos, para reunir com os líderes dos grupos municipais a fim de com eles discutir dois assuntos. A saber: o pedido de inclusão por parte da Câmara, atendendo à urgência dos assuntos, de mais sete pontos na Ordem de Trabalhos. Seis desses pontos têm a ver com o pedido de declaração de interesse municipal por parte de empresas do concelho, com vista à legalização das mesmas, e que podem ser discutidos conjuntamente, sendo votados separadamente. O sétimo ponto tem a ver com a implementação da ARU (Área de Reabilitação Urbana) da vila de Porto de Mós e com a respetiva Isenção de Taxas, que é competência desta Assembleia Municipal.-----

-----Outro assunto que o motivou e que gostaria que fosse transversal a todos os membros desta Assembleia, é a apresentação de uma moção de repúdio em relação aos acontecimentos que ocorreram em Paris no dia 13 de novembro e com a qual todos os líderes dos grupos municipais concordaram. Propôs ainda que depois da votação da moção que a seguir se transcreverá, será feito um minuto de silêncio pelas vítimas dos atentados, sendo depois esta moção enviada à embaixada francesa em Portugal.-----

MOÇÃO DE REPÚDIO

-----*Todos assistimos à noite de horror da passada 6ª feira, dia 13 de novembro, que atingiu a França, país da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade.*-----

-----*À falta de resposta para a razão de ser de todos estes acontecimentos, ficam as perguntas e*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as interrogações atónitas de todos nós. Entre os milhares de flores e velas deixados, em jeito de homenagem a todas as vítimas, também nós perguntamos: tudo isto "em nome de quê?" Como diz o Papa Francisco, "é uma blasfémia usar o nome de Deus para justificar tamanha violência".-----
-----Desta forma, nós os eleitos locais do Concelho de Porto de Mós, reunidos em Assembleia Municipal, hoje, dia 20 de novembro, exprimem repúdio por tais atos e solidariedade firme com o povo francês, manifestando que só a via do diálogo e da liberdade, resolverão os problemas da Europa e do Mundo, em oposição à violência e à intolerância.-----
-----Porto de Mós, 20 de novembro de 2015.-----

2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo qualquer reparo a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por maioria com duas abstenções**.-----

3. LEITURA DO EXPEDIENTE:

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

4. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir. -----

António da Conceição Ferraria (CDU):

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, referiu-se ao mau estado em que se encontram as estradas na freguesia de S. Bento. Fez ainda menção à necessidade de fazer algumas reparações em algumas estradas nas freguesias de Pedreiras e de Juncal e também ao facto de na freguesia das Pedreiras o médico apenas dar ali consultas três vezes por semana. -----

Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS):

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que o CDS e a Assembleia gostariam de saber, relativamente a uma associação de Mira de Aire constituída sem fins lucrativos, denominada EKMA – Escola de Karaté de Mira de Aire, atua de forma inversa, utilizando espaços públicos, nomeadamente a Junta de Freguesia de Mira de Aire, questionando se a Câmara está a par disto e se porventura esta Associação beneficia de algum apoio publico.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes, disse que a sua intervenção hoje se centraria sobre o projeto de requalificação da Central Termoeletrica, passando a ler o seguinte:-----

-----"Há vários anos que se tem arrastado este investimento, por se considerar sempre, ser um projeto ou uma obra de grande envergadura, que iria absorver sempre uma parte significativa do orçamento de um ou dois anos do município. Também por nunca haver uma ideia concreta sobre o que fazer àquele edifício ou qual a sua finalidade. Ora isto merecia que ao longo do tempo, fosse desenvolvido algum trabalho objetivo. Este edifício, pelo seu simbolismo histórico, merecia um estudo profundo, até para que o resultado final após a sua requalificação, honrasse a memória de tantos portomosenses e não só, que ali trabalharam ao longo dos anos. Este trabalho, do meu ponto de vista, não foi feito. No dia 9 de outubro, foi feita a apresentação pública no cineteatro, do esboço do projeto e das valências ali a instalar. Foi também apresentado pelo nosso colega Dr. António José Teixeira o desenvolvimento do trabalho histórico que considero de grande importância, além de todos os outros trabalhos e livros já editados que relatam a história daquele património industrial do século passado. Considero pois que a requalificação deste edifício, não foi corretamente pensada. A discussão deste projeto, deveria ser aberto à sociedade civil portomosense. Exigia-se que fosse discutido e avaliado pelos deputados desta Assembleia e não foi, apesar de nos ter sido prometido em tempo. Um projeto e um investimento que compromete cerca de 25 ou 30% do orçamento anual deste Município. Pergunto: será esta a altura mais oportuna? Ou deveríamos adiar mais uma vez e optar por investimentos mais prioritários, como saneamento e outros que ainda estão aquém do desejado e a esquecer eleições ou compromissos eleitorais? Sabemos que o atual quadro comunitário não está vocacionado para este tipo de investimentos, por isso, não existe qualquer garantia de financiamento. Apesar do Município ter uma situação financeira bastante sólida, entendo que não deve enveredar por este tipo de risco, assumindo a suas expensas um investimento muito avultado que pode comprometer no futuro, a tesouraria e a gestão corrente da autarquia, até inviabilizando outros investimentos que surjam de maior relevância e necessários para o concelho. Mas se me perguntarem se gosto do edifício à entrada da Vila, como está, a minha resposta é não. Não gosto! Desejaria o edifício requalificado assim como toda a zona envolvente, uma entrada da vila mais digna, que pudesse atrair mais visitantes a Porto de Mós, que lhes proporcionasse uma oferta cultural e turística de grande atratividade, que ajudasse a dinamizar o comércio local. Por isso, peço e sugiro: que este investimento seja repensado, que Porto de Mós se sinta orgulhosa da grande obra que ali vai surgir, tanto a nível arquitetónico, respeitando toda a traça principal do edifício, sem subir em altura para não descaracterizar, como as valências ali a instalar. Que toda a zona envolvente, área cultural e desportiva seja sujeita a um plano rigoroso, de modo que os portomosenses, percebam de uma vez por todas como no futuro vai ficar toda aquela zona, demore cinco ou dez anos, evitar que as obras surjam avulso como cogumelos. Que todo este projeto e plano sejam discutidos pela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunidade, que surjam ideias e que só após um período de discussão seja apresentado o resultado final. Assim, quero crer que estamos a falar de uma coisa seria, pensada, planeada e que vai perpetuar no tempo, toda a história daquele que considero ser um dos edifícios que marca a revolução industrial no nosso concelho, podendo retirar daí excelentes resultados em termos de oferta cultural e turística para Porto de Mós."-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS)**:-----

-----Usando da palavra disse que a sua 1ª intervenção hoje tem um pouco a ver com uma coisa que é transversal a todos os partidos políticos que têm tido eleitos para esta Assembleia Municipal, e que é o facto de a Assembleia Municipal de Porto de Mós dever ter um pouco mais de intervenção cívica junto dos munícipes. Não é só este "faits divers" de aprovar e reprovar coisas vindas da Câmara e muito menos ser uma caixa-de-ressonância da Câmara Municipal que esteja a executar os orçamentos do quadriénio. Achando que esta Assembleia deveria ter um papel mais interventivo, e atendendo à exposição itinerante que está a ser levada a efeito por todo o País, com cerca de quinze painéis excepcionalmente bem concebidos a nível científico e didático, queria convidar esta Assembleia a acarinhar a ideia de se fazer durante um dia ou dois, com convidados da especialidade, uma discussão sobre aquele património cultural, e durante algum tempo fazer uma exposição sobre o património material e imaterial da humanidade. Estes quinze painéis vão desde o património arquitetónico, ao património agrícola, arqueológico e artístico.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**:-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que a sua intervenção neste ponto, iria focar-se essencialmente sobre o senhor Presidente da Assembleia Municipal, passando a ler o texto que a seguir se transcreve: -----

-----" Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal:-----

-----Saúdo daqui o jornal O Portomosense pelo trabalho que, normalmente, faz ao solicitar aos autarcas um balanço do mandato, como o que fez na sua publicação de 5 de Novembro, pp.-----

-----Se da análise dos líderes das bancadas partidárias eu não esperava uma análise isenta, dada a função partidária que desempenham, do Sr. Presidente da AM era espectável que surgisse uma avaliação isenta do órgão que dirige mas, na minha opinião, isenção é o que não se viu.-----

-----O epíteto com que classificou as intervenções dos membros desta Assembleia, e passo a citar "**... mesmo quando se perora...**", - o mesmo é dizer: quando se fala com pedantismo - é uma falta de respeito muito grande para com os membros desta Assembleia que, depois de um dia de trabalho, se esforçam por representarem e defenderem da melhor forma aqueles que os elegeram. Perorar é uma faculdade que V. Exª. tem quando, por convite ou excesso de tempo, se desloca por este concelho com o argumento falacioso de que está para solucionar os problemas das pessoas. Pois, Senhor Presidente, eu não tenho tempo nem feitio para "Perorar" dessa forma mas nem por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso deixo de me esforçar para cumprir com as minhas obrigações de autarca.-----

-----Senão vejamos:-----

-----Como o Senhor bem refere, a aprovação do PDM foi um dos pontos que realçou na sua análise, relevando a sessão pública de apresentação e discussão de tão importante documento para o futuro do concelho. Senhor Presidente, nessa reunião, porque a achei importante para o futuro do concelho, "Perorei" mas não me lembro de o ver na sala e muito menos perorar.-----

-----Também referiu, como ponto alto do mandato, as comemorações do 25 de Abril e aí, porque o Senhor Presidente achou que era um tema interessante para o desenvolvimento do concelho, não só perorou como diligenciou no sentido de que não faltássemos a essas comemorações, diligencia que não vi da sua parte quando foi para a reunião de apresentação e discussão pública do PDM.-----

-----Senhor Presidente, nestes dois exemplos é claro que ambos nos preocupamos com os problemas deste concelho, a diferença está na forma como avaliamos o que é realmente importante e prioritário para as pessoas que aqui residem e trabalham. Talvez esta diferença seja sintomática de quem perora ou realmente trata dos assuntos com seriedade e sentido de responsabilidade.-----

-----Senhor Presidente, confesso que as minhas expectativas acerca do seu desempenho, como Presidente desta Assembleia, eram baixas e a sua atuação, ao longo destes dois anos, estava a superar o que para mim era expectável inicialmente mas com este comportamento o Senhor conseguiu, lamentavelmente, confirmar as minhas expectativas iniciais.-----

-----O Senhor tem dificuldade em trabalhar em grupo, incentivar o grupo e muito menos liderar o grupo. O que se espera de um líder é que mantenha o grupo coeso e focado num objetivo mas quando os objetivos são tão divergentes como o que acabamos de ver no exemplo antes referido, os objetivos do grupo nunca se cumprem porque não existem. -----

-----Senhor Presidente, espero que para a segunda metade do mandato melhore o seu comportamento em relação aos elementos do grupo de que faz parte. Não se esqueça que é apenas mais um, no grupo que tem a responsabilidade de coordenar."-----

-----O senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra para responder ao anterior interveniente, dizendo que se limitou a dar a sua opinião pessoal de forma isenta. Acrescentou ainda que, para ser mais um a repetir o que todos dizem, não contem consigo.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):--**

-----Usando da palavra, disse que iria ler um mail que foi enviado da Junta de Freguesia de Serro Ventoso para a Presidência do Município de Porto de Mós, no dia 29 de outubro de 2013, às 12.19 h:

-----"Assunto: Segurança Rodoviária Pedido de guarda de segurança e visita de um técnico-----

-----A Junta de Freguesia de Serro Ventoso, vem por este presente informar V. Ex^{as}. que está

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

preocupada com a segurança rodoviária na nossa freguesia. Assim solicitamos a colocação de baias de segurança em Serro Ventoso, na Rua do Moinho, a caminho da Bezerra, local onde já voou uma viatura para o vale, há poucos anos, conforme pode verificar pelas fotos em anexo. É na zona mais profunda do vale que se encontra sem qualquer proteção de baias de segurança. Devemos prevenirmos para evitar acidentes fatais nesta zona.-----

-----Vimos ainda solicitar a colocação de baias de segurança na Rua Principal no lugar de Casais do Chão. Uma curva bastante apertada, foto em anexo, que se torna perigosa".-----

-----Continuou depois dizendo que neste ultimo caso tem a agradecer ao executivo a colocação de baias de segurança no lugar de Casais do Chão. Na Bezerra, infelizmente não foram colocadas, e há uma semana atrás caiu um carro naquele local, provocando uma morte brutal. Concluiu dizendo que se têm que tirar responsabilidades desta situação.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Cumprimentando os presentes, começou por dizer que saiu uma notícia no jornal *O Portomosense*, na passada edição, referindo que a freguesia de S. Bento tem telefone solidário para idosos com mais de 75 anos, para combater o isolamento e solidão da população sénior, felicitando a Junta de Freguesia por esta iniciativa. Este projeto é inédito no concelho, também diz na notícia, mas não é inédito no país, estando equiparado por exemplo ao projeto Teleassistência, criada com o objetivo de combater a solidão e o isolamento. Sugeriu que este projeto seja implementado no concelho, em todas as freguesias para apoiar essencialmente a população idosa, que vive isolada, e que são vítimas de solidão, exclusão social e de pobreza, pois o ano tem 365 dias e às vezes uma voz amiga vale mais do que uma conta bem recheada. De acordo com o relatório da ONU, Portugal em 2010 era o 8º país com a população mais envelhecida do mundo. De acordo com dados recentes, da Eurostar e do INE, até 2050, 30% da população portuguesa terá mais de 80 anos. A propósito disto, perguntou em que fase está o diagnóstico social do concelho, e por exemplo, quantos idosos existem no concelho com mais de 70 anos, e se é possível saber por freguesia, quantos idosos vivem sozinhos, e com rendimento abaixo do salário mínimo, quantos são vítimas de violência física, emocional e financeira, e que políticas o município tem previstas neste mandato para dar resposta às necessidades da população idosa que vive isolada e para colmatar a solidão, a exclusão social e a pobreza.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que das intervenções que aqui foram feitas, gostaria de sublinhar duas ou três questões. A **António Ferraria** disse que este mais uma vez levantou aqui a questão dos caminhos na freguesia de S. Bento e da sua falta de alcatroamento, pelo que também seria reincidente na resposta, dizendo que tem sido feito um grande trabalho a esse nível naquela freguesia. Quanto ao problema do médico na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

freguesia de Pedreiras, disse que há freguesias em muito pior situação, nomeadamente na freguesia de Mira de Aire, em que felizmente, foi possível contornar a situação através da insistência da Câmara Municipal e da própria Junta de Freguesia junto da ACES de Leiria. Assim, desde ontem, existe um médico em Mira de Aire que exerce funções efetivas junto daquela população.-----

-----A **Mário Cruz** disse que a Câmara Municipal não dá qualquer subsídio à Escola de Karaté de Mira de Aire. Quanto ao espaço que utilizam, disse não poder responder por não ter conhecimento.-----

-----A **Gabriel Vala**, acerca da Central Termoelétrica, perguntou se afinal a obra de requalificação é importante ou não, dado que no seu discurso contradisse-se. Acrescentou ainda que lhe parece que este interveniente está com receio de ver a obra feita. Continuando disse que esta obra será iniciada por este executivo, recomendando que não se preocupe com as finanças do município, pois as gerações futuras não serão comprometidas. Foram criadas condições económicas para se poder avançar com a obra sem comprometer as finanças do município.-----

-----A **António Pires** disse que, não sendo advogado de defesa de ninguém, considera extremamente injustas as afirmações que fez relativamente ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, pois se há alguém que tem pugnado por independência, tentando criar consensos dentro desta Assembleia, tem sido ele mesmo.-----

-----A **Carlos Cordeiro** disse que teve o cuidado, aquando do acidente, de ir ao local, tendo percorrido o percurso de Serro Ventoso até à Bezerra e em 95% do percurso era impossível o acidente ter ocorrido porque onde não há rails, há blocos que impediam que o carro caísse. Disse ainda que no máximo, 50 metros estariam desprotegidos, sendo aí que, por azar, o carro caiu, lamentando o facto, mas não considerando ter havido negligência nem por parte da Câmara nem por parte da Junta de Freguesia.-----

-----Para responder a **Olga Silvestre** usou da palavra a vereadora do pelouro da Ação Social, Rita Cerejo, dizendo acerca do projeto da teleassistência, que, para além das reuniões que o senhor Presidente teve em Lisboa, houve reuniões aqui com a PT, sobre essa questão. Fez ainda referência a vários outros projetos semelhantes que contactaram com a Câmara. Em todas as soluções que lhe foram apresentadas, e do diagnóstico que se foi fazendo, não se considerou que fossem as soluções adequadas para as situações de que tinham conhecimento. Tem-se vindo a trabalhar em outras formas de se fazer esse apoio, mobilizando voluntariado. Apesar de se falar muito em isolamento, à exceção da freguesia de S. Bento que é um pouco mais dispersa, não existem muitas situações de isolamento físico. Existem é muitas situações de solidão. São as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

informações que foram recolhidas com os Presidentes de Junta e a Escola Segura que também faz este apoio junto dos idosos. Quanto aos dados de que falou quanto à população idosa, serão inseridos no diagnóstico social que está a desenvolver-se de forma satisfatória. Quanto ao projeto da ginástica sénior, o seu objetivo é também tirar as pessoas de casa e fazê-las ter, não só uma atividade física mas também promover o convívio. Isso tem sido um sucesso, estando as turmas a funcionar muito bem e com muita adesão, pensando que futuramente se terá de alargar a possibilidade de inscrição.

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir passando a inscrever-se o senhor Rui Horta.

Rui Horta:

Começou por dizer que o seu problema se prende com a falta de condições na rua onde reside, considerando que a mesma serve de pista de motocross. Dirigindo-se ao executivo, solicitou uma intervenção urgente na sua rua de modo a acabar com este estado de coisas, à semelhança do que este tem feito relativamente a outras no lugar onde reside.

O senhor Presidente da Câmara passou a responder dizendo que a casa do munícipe que acabou de usar da palavra, se situa a 800 metros da zona urbana da vila do Juncal e que para alcatroar aquela estrada a Câmara gastaria cerca de 40 000 euros para beneficiar apenas uma pessoa. Disse depois que o problema de quem está no executivo é definir prioridades, pois em S. Bento, por exemplo existem situações muito piores, de pessoas que não têm alcatrão e onde vivem aglomerados com alguma dimensão. Reforçou depois que não está nas suas prioridades imediatas alcatroar aquela rua porque considera uma injustiça para com muitas pessoas deste concelho.

ORDEM DE TRABALHOS:

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a fazer a ordenação da ordem de trabalhos dado que foram incluídos os pontos que a seguir se mencionam atendendo à sua urgência, referindo que o **ponto 10 da ordem de trabalhos** passaria a ser **Implementação da ARU (Área de Reabilitação Urbana) da vila de Porto de Mós. – Isenção de Taxas; 11 - PROC.º N.º 06-16/2015 - Joaquim António Rodrigues Coelho, requer o reconhecimento do Interesse Público Municipal, referente à legalização e ampliação de uma atividade pecuária, encontrando-se ativa, sita em Outeiro do Pinhal, freguesia de Porto de Mós – São João Baptista e São Pedro, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11; **12 - PROC.º N.º 06-17/2015 - Innovation Stones, Lda.**, requer o reconhecimento do Interesse Público Municipal, referente à regularização e ampliação de uma indústria do tipo II, atividade na fabricação de artigos de mármore e de rochas similares, sita em Telhados Grandes, freguesia de São Bento, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11; **13 - PROC.º N.º 06-18/2015 – Vasicol – Olaria de Barro Vermelho, Lda.**, requer o reconhecimento do Interesse Público Municipal, referente à regularização e ampliação de uma indústria, sita no lugar de Moitalina, freguesia de Pedreiras, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11; **14- PROC.º N.º 06-19/2015 – Socilégua – Promoção Imobiliária, Lda.**, requer o reconhecimento do Interesse Público Municipal, referente à regularização da antiga unidade industrial, sita na vila e freguesia do Juncal, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11; **15 - PROC.º N.º 06-20/2015 – Revesperfil – Perfis e Revestimentos, Lda.**, requer o reconhecimento do interesse público municipal, referente à regularização e ampliação de uma indústria, sita em Ribeira de Baixo, freguesia de Porto de Mós – São João Baptista e São Pedro, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11; **16 - PROC.º N.º 04-70/2015 – Donato Coelho e Gameiro, Lda.**, requer que seja emitida Declaração de Interesse Municipal, para legalização de uma unidade industrial tipo III, sita em Trás do Mato, freguesia de Mira de Aire, já objeto de deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2015, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11 e **17 - Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.**-----

-----**1. Grandes Opções do Plano para o ano de 2016 e 2. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2016, Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPP) 2016-2019, Relatório da Proposta de Orçamento e Medidas de Execução do Orçamento para o ano 2016;**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia usando da palavra disse que os dois documentos seriam apresentados e discutidos conjuntamente, atendendo à interligação existente entre ambos, sendo no entanto a sua votação feita separadamente.-----

-----Usou da palavra o senhor Vice-Presidente que passou a apresentar os documentos em discussão salientando alguns aspetos que considera mais relevantes. Foi seguida a mesma estratégia de anos anteriores que tem conduzido a resultados positivos. Na área do investimento, mantém-se neste orçamento, o pendor habitual nos investimentos estruturais. Na área da despesa corrente, predomina claramente a preocupação de contenção e até de redução em alguns

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

casos, sem pôr em risco o fornecimento de bens e serviços a que o município está obrigado em quantidade e em qualidade.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que as Grandes Opções do Plano aqui apresentadas lhe parecem equilibradas. Quanto ao Orçamento da Despesa e da Receita para o ano de 2016, teceu ainda algumas considerações enaltecendo o rigor das contas públicas no concelho de Porto de Mós.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):** ---

-----Congratulou-se com a boa saúde financeira do município que tem disponibilidade para requalificar a Central Termoeletrica investindo ali quatro milhões de euros, criticando que a verba disponível para as Juntas de Freguesia seja apenas de setenta e cinco mil euros num orçamento de dezassete milhões.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, são um excelente momento para se definir o que é o seu entendimento em relação ao papel que uma autarquia local tem no desenvolvimento do seu território. Continuou dizendo que é necessário encontrar novos instrumentos, novas ferramentas e uma forma diferente de governação local, afirmando novos compromissos com as oportunidades que se abrem no próximo quadro comunitário de apoio, uma construção de territórios inteligentes, sustentáveis e inclusivos, nos termos da estratégia europeia de 2020. Os autarcas são hoje, cada vez mais, a figura dos empresários públicos, no que isso quer dizer de procura de sustentabilidade e desenvolvimento económico das suas organizações e territórios e na dinamização de projetos que acrescentem valor a esses mesmos territórios. E como se faz a promoção de práticas de sustentabilidade económica e ambiental e empregabilidade local? Em sua opinião, com um maior envolvimento das autarquias na necessidade de atenuar o crescente desfasamento entre as ofertas educativas e as necessidades do tecido económico, local e regional. Empresas sem recursos qualificados e recursos qualificados sem empresas e sem emprego, é a realidade existente, e o empenho no sucesso escolar é o caminho para o sucesso das políticas de proximidade. Por outro lado, a maior necessidade de criação de tecido económico e a utilização de soluções mais sustentáveis e com origem nos próprios territórios obriga a novas abordagens, como sejam, criação de plataformas de negócios para territórios empresariais e empreendedores com a participação central das autarquias enquanto dinamizadoras da sua criação, na construção das parcerias com as empresas na lógica

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de funcionamento de fileiras incorporando objetivos de qualificação e certificação de produtos, criação de marcas locais e regionais, bem como a inovação e a orientação no sentido da internacionalização das empresas. Desenvolver centros de excelência visando dinâmicas de inovação alicerçadas nas temáticas locais com caráter diferenciador, viradas para o exterior e com capacidade para produtos diversificados. Apoiar os empresários ao nível da gestão e do incremento da inovação, criando quadros locais de incentivos. Promoção dos objetivos do desenvolvimento com novas competências na produção e promoção local de energias verdes. Na racionalização dos consumos energéticos nas redes de equipamentos públicos e coletivos, com a adoção de políticas de eficiência energética e adoção de programas locais de iluminação pública inteligente, com menos custos associados. Criação de balcões de apoio ao investidor, permitindo a eliminação de processos administrativos e o excesso de estruturas envolvidas no licenciamento urbanístico e industrial. Na reabilitação do património edificado, arqueológico, cultural numa lógica integrada, que passe, entre outros aspetos pela adoção de práticas de rentabilização do património em situação de abandono, permitindo a fixação de população e a atração de novos investimentos. Na criação de bolsas municipais que cruze oferta formativa com a procura de recursos humanos. Dinamizar a partir das autarquias a participação da comunidade no processo educativo e formativo. Colaborar na transformação das escolas em comunidades de aprendizagem encontrando o conceito de incubação de empresas e promovendo localmente o aparecimento de novas profissões ligadas principalmente à web. Aposta na valorização sustentada das áreas naturais, nas suas múltiplas dimensões e valências, nomeadamente o seu potencial turístico, apoiando as populações que aí residem. Promoção de práticas de sustentabilidade ambiental, através da adoção de programas locais de eficiência energética, de ações de valorização dos produtos locais, do recurso a energias limpas, seja através de redes de parceria com outras organizações e instituições, nomeadamente escolas e outros centros de saber e do tecido empresarial. Em síntese e para terminar, é urgente adotar um novo contrato de governação local, com instrumentos e ferramentas atuais que permitam agir como braço das comunidades locais, e sobretudo como catalisador e indutor do desenvolvimento dos seus territórios, sem o qual, não existe criação de riqueza e não se fixam pessoas e sem pessoas os territórios não existem. Continuou, dizendo que se tem aqui feito menção até à exaustão da boa saúde financeira da Câmara Municipal, mas em sua opinião mais importante é a população ter também uma boa saúde financeira, é a população ter condições para ter uma vida digna. Passou a citar uma peça publicada no Jornal de Leiria, que segundo dados do INE, e num conjunto de oito concelhos, o de Porto de Mós posicionava-se em último no que se refere ao poder de compra dos portomosenses. Em relação ao orçamento, passou a dizer que o executivo optou por canalizar uma parte substancial do orçamento para duas obras, uma na área da cultura – a requalificação da Central Termoeletrica – e sobre isso disse na sequência da intervenção do senhor Presidente da Câmara em resposta a Gabriel Vala que repetiu “você não querem é que se faça a obra”. Reafirmou que não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se trata disso, e que não deve haver um único portomosense que não queira a requalificação daquele edifício, essa não é a questão. O que está em causa é ela vir a ser para o futuro uma mais valia para o desenvolvimento do concelho de Porto de Mós, porque ela representa cinco milhões de investimento, não podendo ser apenas a recuperação de um edifício para ganhar uns votos. O que o preocupa, é o que é que vai ser aquele edifício, pois quando se vê uma apresentação pública com três diapositivos, em que a parte museológica nem sequer correspondia ao que estava no diapositivo (palavras do Eng.º Marto relativamente aos candeeiros que lá estavam representados) e quando mais de 50% do edifício é arquivo municipal fica preocupado. Disse ainda que nos últimos dez anos em que exerceu cargos públicos, como vereador, como presidente da Assembleia de Freguesia e agora como membro da Assembleia Municipal, nunca foi chamado a pronunciar-se sobre aquela obra. Disse ainda que o senhor Presidente da Câmara nunca foi oposição, tendo tido a sorte de estar sempre no executivo e não sabendo o que é querer dar o seu contributo e não lho permitirem, faltando-lhe cultura democrática, não sabendo ouvir os outros e considerar a opinião dos outros, mesmo não concordando com ela. Foi aqui prometida pelo senhor Vice-Presidente uma discussão séria sobre este projeto, sendo que o mesmo viria a esta Assembleia de forma a todos poderem dar o seu contributo, o que não foi feito. A outra obra eleita é o Centro Escolar de Porto de Mós. Concluiu dizendo que é um orçamento que aposta quase tudo em duas obras na Vila e mais uma vez se esquecem as freguesias, que ignora as funções sociais e que não assume a mais importante função de uma autarquia hoje: o desenvolvimento económico e social do seu território.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (JFAS- Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse ao senhor Presidente da Câmara que se imaginasse por três minutos Presidente de uma Junta de Freguesia perguntando qual seria o seu sentido de voto relativamente ao orçamento, nessa qualidade. Disse ainda que o Museu da Batalha foi considerado o melhor museu de 2012, tendo recebido um prémio do Fórum Europeu de Museus de 2013. Tendo procurado saber qual o custo do mesmo, chegou ao valor de um milhão e cem mil euros, perguntando se Porto de Mós tem necessidade de um museu que irá custar cinco milhões de euros. Para terminar, referiu-se às palavras do senhor Vice Presidente que disse que para as freguesias iriam quase quatrocentos mil euros, esclarecendo que parte dessa verba diz respeito à parte do IMI que vai para as freguesias e que os outros trezentos e cinquenta mil euros, vão para as freguesias, para que estas façam o trabalho da Câmara. São valores que estão a ser encaminhados para as freguesias para estas executarem o trabalho do município através da delegação de competências. Disse ainda que no que toca às rubricas gerais, tem reservas, querendo perguntar ao senhor Presidente da Câmara se sabe quantos cm2 este ano asfaltou em Alqueidão da Serra.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara fez questão de responder ao anterior interveniente dado que foi interpelado diretamente, dizendo que, ainda nas vestes de Presidente de Junta de Freguesia queria agradecer ao Presidente da Câmara o facto de este lhe ter resolvido o problema da falta de água que se verificava recorrentemente na sua freguesia bem como a ligação do saneamento à rede geral, de entre outras situações resolvidas.-----

-----Seguidamente, o senhor Vice Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes agradecendo a António José Teixeira as referências elogiosas que fez. Quanto a Carlos Cordeiro que referiu que setenta e cinco mil euros para as freguesias era muito pouco, disse que este montante se destina a realização de obras da Câmara tipificadas tal como se encontram nos acordos firmados entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal. Outras obras estão inscritas em orçamento sem estarem referidas especificamente estando incluídas em rubricas genéricas.-----

-----Quanto a Júlio Vieira disse que grande parte da sua intervenção não versou sobre o orçamento em discussão. Teceu depois alguns comentários ao que Júlio Vieira referiu sobre a saúde financeira do município, dizendo que quando aqui chegou não tinha nada a ver com o que se passa hoje. Disse depois que a requalificação da Central é algo que incomoda algumas pessoas que alegam o risco das contas do município, dizendo que essa é uma situação que se encontra assegurada pelo que está perfeitamente descansado. Continuou dizendo que este membro da Assembleia tem queda para se zangar com os investimentos públicos que se fazem em Porto de Mós. Disse depois que Gabriel Vala até concorda com a requalificação do edifício, não concorda é com os seus conteúdos, que não foram suficientemente discutidos. Disse ainda que já teve oportunidade de dizer, bem como o senhor Presidente da Câmara que, o projeto de arquitetura estava, por assim dizer, fechado, concluído. Por outro lado, foi elaborado um programa pré-museolização, sendo o resultado de um trabalho que durou mais de um ano, elaborado por uma equipa multidisciplinar, e que sendo um documento que está aberto, está aberto aos contributos que todos queiram dar. A Filipe Batista, disse, relativamente ao Museu da Batalha que ouviu falar em onze milhões de euros e não num milhão e cem mil euros.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou ainda a dar uma informação ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, dizendo que a Rua da Carreirinha iria sofrer a remodelação da conduta de água, levando seguidamente uma nova pavimentação, sendo uma obra que já está adjudicada.-----

-----**Filipe Batista** pediu a palavra para perguntar há quantos anos o senhor Presidente da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara é autarca, perguntando ainda se o saneamento também esteve parado enquanto era vice-presidente. Disse ainda que o senhor Presidente da Câmara teve de recuar alguns anos para lhe dizer algumas obras significativas, porque durante estes dois últimos não foi.-----

-----**Júlio Vieira** usou da palavra para dizer ao senhor vice-presidente que quando quiser discutir as contas da Câmara, de 2005, que o faça com o senhor Presidente, pois era ele o Vice-Presidente da Câmara na altura. Quanto à questão dos contributos para o documento aberto, disse que depois de todas as reuniões que o senhor Vice-Presidente diz que teve, nunca lhe ocorreu que talvez fizesse sentido de dar a oportunidade aos eleitos de Porto de Mós, de se pronunciarem sobre aquela obra. Referiu ainda que durante todo o tempo em que foi vereador apresentou dezenas de propostas que nunca foram consideradas por parte do senhor Vice-Presidente pelo que sabe bem como é que são estes documentos abertos. Quanto aos onze milhões que o senhor Vice Presidente referiu que o museu da Batalha teria custado, disse que se assim fosse, a Batalha teria que andar 40 anos a pagar o museu.-----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer que em julho de 2005 deixou de exercer as funções de Vice-Presidente e quanto aos investimentos que foram feitos a partir daí apenas sabe que foram contratados empreiteiros para fazerem obras no concelho sem qualquer adjudicação. -----

-----**António José Menezes Teixeira (PS)** pediu a palavra dizendo que lhe custou muito ouvir Júlio Vieira falar da maneira como falou, porque ou ele não leu o documento ou então está a agir de má-fé. Continuou dizendo que o documento foi trabalhado, foi posto à discussão de toda a gente. Disse ainda que, estando apenas à espera do feedback dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, será realizada uma reunião com todos, para que possam prestar contributos para este processo e enriquecer exatamente a área da museologia do território portomosense. Quando é o próprio edifício que está no cerne deste projeto o senhor deputado municipal Júlio Vieira não pode falar como falou.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Começou por dizer que volvidos que estão dois anos deste mandato municipal, e atingida metade da governação deste concelho, pensa que cumpre a esta Assembleia fazer também uma avaliação do que tem sido estes dois anos de mandato. Esta avaliação deverá ser feita em três vertentes: a primeira, que este executivo e o PS ganharam as eleições de 2013 e portanto foi sufragado um programa eleitoral que se propôs cumprir; a segunda, é que o CDS, quando se sentou nesta bancada, afirmou que estaria numa posição construtiva e que votou até

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

favoravelmente os dois primeiros orçamentos porque entendeu que o executivo devia ter esse voto de confiança para poder fazer cumprir o seu programa. O terceiro, é que rumo pretendia este executivo para o concelho nestes quatros anos. Na verdade, e dispondo o PS de uma larga maioria no executivo municipal poderia e deveria no mínimo, fazer cumprir o programa eleitoral que levou a sufrágio. Sucede que não é propriamente a isso que assistimos, não sendo a taxa de execução a melhor. Mais do que isso, e mais grave, em seu entendimento, não traçou o atual executivo uma linha de orientação estrutural para o desenvolvimento equilibrado e consolidado do concelho de Porto de Mós. Os sucessivos orçamentos em sua opinião, e apesar dos dois votados favoravelmente com o intuito que já referiu, não revelam mais do que a consagração casuística de várias medidas que não têm interligação e uma estratégia definida para o concelho, para além, naturalmente, das medidas de gestão corrente e as medidas contabilísticas, que sendo importantes, não se projetam, nem projetam o futuro, limitando-se a manter em funcionamento, serviços mínimos na máquina municipal. Conjugando todas estas premissas, verifica-se que não foi por falta de apoio e muitas vezes até de avisos desta Assembleia, que o executivo emendou a mão, ou traçou um novo rumo para o concelho. Dirão os senhores como já disseram nestas intervenções ou noutras ocasiões de aprovação de orçamentos, as expressões "equilíbrio financeiro", "saúde das contas", "rigor contabilístico", e em larga medida têm toda a razão. Tal desiderato foi conseguido e quer nesse aspeto dar-lhes os parabéns. Mas o futuro de um concelho não passa e nem pode ser baseado em meros exercícios de contabilidade equilibrada ou de aforramento sem um objetivo à vista. Traçar políticas de futuro, projetar um concelho além do mero exercício corrente é o que distingue um bom executor de exercícios contabilísticos e um político com uma visão de futuro. Nesse aspeto entende o CDS, e porque foram passados dois anos sobre este mandato, tem falhado o executivo. O presente orçamento e as grandes opções do plano não perspetivam, em seu entender, nada de diferente. Insiste-se em algumas medidas casuísticas, nos investimentos sem ligação e sem perspetivas de retorno para o concelho, bem assim apostando na velha política que se pensava afastada definitivamente e que tem afundado não só os concelhos, mas em geral o país. A aproximação inevitável de atos eleitorais obriga ao lançamento de obras de regime que apenas se tornarão faturas pesadas para o futuro. Porque não é só o seu custo atual, é a sua manutenção e o seu retorno para a economia do concelho e dos munícipes. E o exemplo disso, é a questão da Central Termoeletrica. Muito do que aqui ouviu sobre este assunto, parece-lhe que explica tudo aquilo que vem a dizer. Perguntou depois, porquê e em que momento se decidiu e com que fundamentos, instalar na Central Termoeletrica, um museu municipal e arquivo municipal; que espólio museológico e documental terá Porto de Mós que não possa ser albergado de forma digna e de forma a ser visitado por quem quer que seja, com uma requalificação do atual espaço, aliás situado bem no Centro Histórico de Porto de Mós. A recuperação da Central Termoeletrica enquanto edifício, não faria muito mais sentido, no âmbito de uma integração naquilo que verdadeiramente era a raiz daquele edifício, uma raiz produtiva, uma raiz de lançamento da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

economia do concelho? Não seria muito mais correto instalar ali jovens empreendedores, as universidades que estão sedentas de espaços para este efeito e com isso relançar a economia do concelho? Requalificação e promoção dos parques industriais, a ligação destes aos polos de investigação que atraem jovens empreendedores para o concelho, mais uma vez, pouco ou nada se consagra. A aprovação do PDM é uma vitória deste executivo. Há anos que se reclamava. Há que dar os parabéns. Mas o acompanhamento pelas OPG's não avança em termos de colocar verdadeiramente o PDM no terreno. E os Planos de Pormenor? Em que estado estão? Poucos ou nenhuns estão ainda concluídos. Mais, que investimentos estão planeados por forma a abrir o concelho ao investimento externo, seja ele nacional ou internacional? Não se veem nenhuma. Aliás na página 2 do documento de enquadramento geral das grandes opções do plano e deste orçamento, deixa-se claramente a marca de um orçamento curto de vistas e tão só voltado para dentro. Diz-se, e cita, neste documento, " *estes documentos (leia-se orçamento e grandes opções do plano) integram as ações e obras consideradas necessárias para o desenvolvimento e manutenção das condições de vida da população residente no município.*" Perguntou, então e que tal atrair gente de fora? O município cada vez tem menos gente, para quê fixar apenas os que cá estão? Claramente, mais um exercício de interiorização do concelho. Também registou as habituais queixas no que toca às receitas invocadas no documento, face à conjuntura política atual. Lançou depois uma pequena farpa, dizendo que o partido a que o executivo pertence querendo tomar de assalto o Governo do País, ainda não permitiu orçamento para 2016, portanto também aqui existe um constrangimento que vem de dentro. Mas voltando às receitas, os municípios vivem essencialmente das receitas próprias e essas só aumentam se os executivos municipais forem suficientemente proactivos no sentido do desenvolvimento. Fixar empresas, pessoas, atividades económicas em geral são atos de visão e de dinâmica. Um município tem de ser hoje um potencializador e um gestor de expectativas. Ora se os executivos se limitam aos exercícios de gestão pura e dura e de mera contabilidade ver-se-ão confrontados com a inevitável estagnação senão mesmo o retrocesso dos respetivos concelhos. É o que está a suceder a Porto de Mós. É isso a que vimos assistindo e assim sem dúvida podemos ter uma contabilidade extremamente organizada num claro exercício de gestão de empobrecimento do concelho mas não teremos futuro. Em conclusão, é a análise que fazemos. Este é um orçamento de continuidade. Não tem visão e volta a não ter estratégia, logo um orçamento para um concelho que continua em banho-maria. Por tais motivos, e adiantando já, o CDS/PP, neste orçamento, votará contra.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Começou por dizer que foi praticamente tudo dito sobre o que que ele pretendia falar. Disse depois que um orçamento é uma previsão, que com o andar do tempo pode vir a ser alterado. O orçamento para 2016 é idêntico ao orçamento para 2015, o que significa que pode vir a ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alterado num futuro próximo, porque se se analisarem os indicadores de atividade, pode-se constatar que até setembro, o grau de execução orçamental das receitas já ultrapassa os 100% e o grau de execução da despesa está em 70%. Quando o senhor Presidente da Câmara dizia aqui, que dentro de pouco tempo, estará em condições de dizer que tem dinheiro para executar essas obras, se esta situação se mantiver, isto irá certamente libertar meios, aumentando os meios disponíveis que nesta altura já têm e que assim poderão fazer essa execução. Este orçamento vem de encontro à opção do executivo verificando-se ainda que neste orçamento se acaba por mudar a estratégia que vinha do ano anterior, exemplificando, nas grandes opções do plano para 2015, havia uma grande intervenção no saneamento básico em Mira de Aire, tendo sido retirada, passando a ser considerada a muito já aqui falada situação da Central Termoeletrica. Disse ainda que todos concordam com a requalificação da Central Termoeletrica, só que, sabendo que não existe qualquer contrapartida nessa obra, quatro milhões e meio, que é o que consta neste orçamento, em dois anos e pouco é um custo bastante grande e que vai forçosamente sacrificar outras situações, adiando outras necessidades, tanto no saneamento básico que este ano volta a baixar drasticamente bem como o abastecimento de água que continua mal.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Começou por dizer que tem ouvido aqui muitas opiniões e que se tem praticado aqui a democracia. Toda a gente tem expressado aqui as suas opiniões de uma maneira clara e sem pressões pelo que esta Assembleia está de parabéns.-----

-----Falando um pouco sobre o orçamento e plano de atividades, disse que para fazer obras é necessário dinheiro, que é um bem escasso, pelo que há que fazer escolhas. Toda a gente percebe que fazer escolhas é uma situação, sempre discutível. Quando se fazem escolhas, e elas são grandes, tem de se fazer uma análise comparativa em relação a outras possibilidades de despesas que se podem efetivar e uma situação que muito provavelmente esteve subjacente às escolhas, foi também a possibilidade de uma participação externa em termos de apoio. Sobre o Orçamento, disse que a primeira ideia é aquela que foi expressada por Luís Almeida, sendo praticamente uma cópia do de 2015, passando depois a fazer uma breve análise sobre as receitas e despesas expressas no documento em apreço. Concluiu dizendo que se trata de um orçamento realista que deverá ter um grau de cumprimento não inferior a 85%. Uma parte importante das despesas de capital deverá ser coberta com as receitas da atividade corrente, isto é, a atividade corrente em termos de receitas é superior às despesas correntes, sendo possível nas despesas correntes retirar uma parte, com algum significado, para cobrir despesas de capital. Em conclusão, disse que as contas estão relativamente bem apresentadas, não tendo encontrado falta de ligação dos números, acreditando no que aparece referido na página 4 do relatório, que os documentos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foram elaborados atendendo ao princípio da prudência, da legalidade, da utilidade e da solidariedade.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que se iria focar apenas em duas situações: em primeiro lugar, na resposta que os vereadores do PS deram à declaração de voto dos vereadores do PSD, começando por referir aqui, que a determinada altura é dito que não era fácil perceberem que em face do relacionamento existente os vereadores do PSD fossem votar contra o orçamento. O relacionamento, pelo facto de as pessoas discordarem entre si, não deve ser afetado, e tão pouco significa que pelo facto de as pessoas terem um bom relacionamento entre si, tenham que concordar com tudo o que lhes é apresentado à frente. Na declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista, estes manifestam a sua admiração por os vereadores do PSD terem afirmado que o orçamento foi feito com objetivos políticos. Pelo que já foi aqui dito, nomeadamente por Luís Almeida, quando se suspende o saneamento de Mira de Aire para fazer a obra da Central Termoeletrica, bem como das palavras anteriores de António Carvalho que referiu que as escolhas são sempre discutíveis, essa discordância é perfeitamente legítima e independente dos relacionamentos pessoais. Disse ainda que algo lhe despertou a atenção, e que talvez por aqui se veja o que é que o executivo projeta para o futuro referindo-se às verbas que estão consignadas no orçamento para equipamento da Central, que deduz que seja para o museu, ou seja, para guardar o que vem do passado, seiscentos mil euros e para guardar o que vem do futuro, ou seja equipamentos para o Centro Escolar, apenas quarenta e três mil euros.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):** teceu alguns comentários sobre os documentos em apreço, dizendo que não é especialista desta matéria. Ainda assim, disse que lhe parece que este orçamento pode estar a ser cauteloso demais, em termos de alguns investimentos que poderiam ser feitos. Quanto à intervenção do senhor deputado municipal Mário Cruz que referiu assalto ao poder, disse que isso não é bem assim dado que quem governa é a maioria que tiver assento no parlamento.-----

-----**Vítor Louro Cordeiro (PS):**-----

-----Disse que apenas queria prestar um pequeno esclarecimento a Filipe Batista que provavelmente não entendeu aquilo que queria dizer quando falou do IMI: Assim passou a dizer que o que quis dizer foi que não concorda com o facto de o valor do empréstimo que se deve ao banco ser motivo para redução do IMI, pois quando alguém faz um empréstimo avultado para aquisição de um grande imóvel, deve fazer uma planificação para saber até onde pode ir,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sabendo que há obrigações fiscais que tem de cumprir.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que pese embora que a maioria das questões venham a ser respondidas pelo senhor Vice-Presidente, há duas notas que não quer deixar passar em vão e que tem a ver com a intervenção do senhor deputado municipal Mário Cruz, que referiu por várias vezes a questão do emprego no concelho de Porto de Mós. Continuou dizendo que esse é um tema que para si é muito grato. Fixação de empresas, criação de emprego e melhoria das condições socioeconómicas do concelho tem sido a sua bandeira em termos de trabalho para fixar empresas no concelho de Porto de Mós, relembrando algumas das empresas que estão a laborar no concelho graças ao esforço que desenvolveu junto desses empresários. Depois, quanto à questão do equipamento para o Centro Escolar, disse que isso tem a ver com a gestão que está a ser feita, pois muito do equipamento que está agora na EB1, permite equipar grande parte do Centro Escolar, pois ele é moderno, especificando quadros interativos, rede informática e outros que tais, daí o valor reduzido que se encontra contemplado em orçamento.-----

-----Dando a palavra ao senhor Vice Presidente este começou por responder aos restantes intervenientes dizendo que a estratégia adotada neste orçamento é a mesma que foi iniciada em finais de 2005, porque tendo dado certo, é para manter. Disse ainda que espera que em abril se esteja aqui a rever o orçamento em alta, valor que deverá ser distribuído porventura em saneamento, pelo que não é certo que o saneamento venha a baixar. Disse ainda que não é por causa da Central, que foi algo que foi aqui repetido várias vezes, que o saneamento vai baixar. Disse ainda que, quanto à questão da Central existe um estudo financeiro que refere que o projeto é para três anos, havendo que se respeitar esses *timings*, a menos que se consiga algum apoio financeiro.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 1 da Ordem de Trabalhos - **Grandes Opções do Plano para o ano de 2016** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor, 11 (onze) votos contra e 2 (duas) abstenções**.-----

-----Seguidamente foi posto a votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos - **Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2016, Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) 2016-2019, Relatório da Proposta de Orçamento e Medidas de Execução do Orçamento para o ano 2016** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor, 11 (onze) votos contra e 2 (duas) abstenções**.-----

-----**3. Mapa de Pessoal para o ano de 2016:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicar esta situação, dizendo que o município assumiu as AEC's para as escolas básicas do concelho, sendo agora necessário em 2016 recrutar os professores necessários para o efeito. Existem ainda alguns lugares de assistentes operacionais previstos, para contratação de pessoal para a limpeza dos edifícios municipais.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usou da palavra para pedir ao senhor Presidente para esclarecer melhor, porque não se trata apenas do que referiu, dado que na Divisão da Cultura existem previstos alguns lugares que não mencionou. Perguntou ainda se estes lugares são para preencher com novos funcionários, ou para requalificar alguns já existentes.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder, dizendo que existem alguns funcionários que exercem funções administrativas, sendo assistentes operacionais e que podem, através da figura da mobilidade passar a assistentes técnicos.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Disse que queria agradecer o esforço feito para que a prática desportiva atingisse o pré-escolar em Alqueidão da Serra, dizendo acreditar que por via do aumento de pessoal na área das AEC's estará coberta a prática desportiva nessa área.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**4. Regulamento de Controlo Interno – 1ª revisão:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicitar o presente ponto da ordem de trabalhos referindo que o mesmo é apenas para conhecimento não carecendo de deliberação desta Assembleia. Este regulamento visa assegurar a avaliação permanente das atividades do município e trata-se apenas de uma adaptação à legislação que saiu entretanto, conforme os presentes podem constatar pelo documento que oportunamente lhes foi entregue.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Usou da palavra para esclarecer algumas dúvidas quanto ao nº 3 do artigo 13º daquele regulamento, que tem a ver com meios de pagamento, nomeadamente, transferências bancárias.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara esclareceu o anterior interveniente passando a alterar a redação deste número para "...os pagamentos efetuados pelo município...".-----

-----5. *Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal - 1ª revisão:*-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicitar também este ponto da ordem de trabalhos dizendo que o mesmo é apenas para conhecimento desta Assembleia, dizendo que esta atualização é praticamente diária.-----

-----6. *Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos plurianuais assumidos desde 31.08.2015 a 23.10.2015:*-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que tem a ver com a delegação pela Assembleia na Câmara Municipal para que esta pudesse executar compromissos plurianuais até um determinado montante, destacando as despesas com as escolas, o quartel da GNR de Porto de Mós, e o tratamento de efluentes de Mira de Aire. Referiu que este é um documento apenas para conhecimento da Assembleia.-----

-----7. *Atualização da Titularidade dos Contratos de Fornecimento de Água:*-----

-----O senhor Vereador Rui Marto passou a explicar a razão deste assunto vir a esta sessão da Assembleia Municipal dizendo que existem contratos de fornecimento de água cujo titular se encontra desatualizado dado que os mesmos já faleceram, no caso de pessoas singulares ou no caso de pessoas coletivas, as empresas já fecharam. Dado que a transferência da titularidade desses contratos acarreta custos ainda consideráveis para os herdeiros, a grande maioria não faz essa transferência mantendo-se os contratos em nome dos falecidos. Assim e de forma a proporcionar aos munícipes a possibilidade de o fazerem sem custos, vem propor-se à Assembleia Municipal a isenção dessa transferência pelo período de seis meses.-----

----- Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----8. *Plano de Ação para a Energia Sustentável de Porto de Mós:*-----

----- O senhor Vereador Rui Marto, passou a dizer que este plano consta do seguinte: o Município de Porto de Mós, aderiu em julho de 2010 ao Pacto de Autarcas, que é um pacto em que cada das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

autarquias se disponibiliza de forma voluntária e autónoma para se associar à estratégia que foi definida pela União Europeia, que é reduzir em 20% a emissão de gases com efeito de estufa para a atmosfera, até ao ano de 2020. Para tal redução propõe-se proporcionar meios para a eficiência energética ou em alternativa a produção de energia por fontes renováveis. Passou depois a referir as medidas que têm vindo a ser adotadas nesse âmbito, tais como a produção de eletricidade nas escolas com o projeto microgeração, atuação ao nível da energia elétrica na iluminação pública e ainda a Central Termoeletrica que terá um impacto importante no projeto. Existirá uma monitorização do projeto sendo apresentado um relatório bianual a esta Assembleia devendo ser feito um esforço no sentido de envolver a comunidade nessa iniciativa.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS)**: usou da palavra para perguntar como é que a Central Termoeletrica terá um impacto tão importante neste projeto.-----

-----O vereador Rui Marto passou a dizer que a Central Elétrica terá produção própria para contribuir para estes 20%.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS)**, usou também da palavra dizendo que neste momento estão a abrir candidaturas para autarquias poderem cuidar da eficiência energética dos seus edifícios. Disse ainda que as Juntas de Freguesia estão limitadas nos seus meios técnicos humanos pensando que esse trabalho poderia vir a ser realizado por uma equipa de trabalho constituída de entre as freguesias que assim o quisessem e o município, lançando assim esse repto. -----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD)**: -----

-----Usando da palavra, disse que foi referido que este trabalho faz um levantamento da situação atual e projeta até 2020. Disse que tendo consultado o documento verificou que contem várias propostas ou iniciativas para se atingirem as metas até 2020, passando a referir-se a uma: elaboração de um plano de iluminação eficiente que conte com a participação de gestores de energia na área dos serviços, equipamentos públicos e/ou agentes privados. A questão que coloca é, o que é que está planeado em termos dos edifícios públicos, principalmente do município e em relação aos privados – quais são os planos, quais são os timings, o que é que está previsto fazer e quando. Esta eficiência energética e redução de emissões não é apenas para os edifícios públicos. Tem de passar também pela sensibilização e aderência dos privados de uma forma geral, no sentido de todos poderem contribuir para esta redução.-----

-----O vereador Rui Marto passou a responder ao anterior interveniente, dizendo que quanto aos gestores de energia existem dois técnicos da Câmara que têm ido a várias formações à ENERDURA,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entidade que faz este trabalho a nível da CIMRL. Foi criada e desenvolvida uma plataforma onde ficam concentrados todos os consumos dos vários edifícios, falando sempre na óptica do edifício público do município. Quanto aos privados, disse que não se precisa dizer à maioria das pessoas que têm de enveredar por poupanças, mas o que está previsto neste processo é mais a área da sensibilização que ainda não está definida. De qualquer forma, é nessa área que o município faz a ligação aos particulares não podendo ser o município a fazer o trabalho que compete aos particulares.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que a ENERDURA tem vindo a fazer um excelente trabalho no sentido de, por exemplo, fazer uma georreferenciação das luminárias existentes, tendo algumas vindo a ser desligadas no concelho. Para além disso, existe um projeto aprovado no âmbito do Pacto 2020 para a eficiência energética dos edifícios públicos da Câmara Municipal e o financiamento aprovado, tendo no entanto, depois que provar que efetivamente essa redução de custos foi feita, sob pena de se ter de devolver o dinheiro. Para os privados uma das medidas de sensibilização é a alteração das lâmpadas.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 8 da Ordem de Trabalhos - **Plano de Ação para a Energia Sustentável de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**9. PROC. N.º 04/336/2008 – REQUERENTE - PEDRAMOCA – Sociedade Extrativa de Pedra, Lda. – requer que seja emitida uma Declaração de Interesse Municipal, para legalização da ampliação de uma Pedreira de calcário ornamental, denominada “Cabeça Gorda”, sita em Cabeço Gordo, freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a introduzir o assunto referindo que durante esta semana os serviços foram confrontados com a situação de algumas empresas que não se tinham apercebido da possibilidade de legalizar as instalações existentes e/ou da ampliação dessas mesmas instalações por via do Decreto Lei 165/2014, que estabelece o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade. Por forma a permitir que essas empresas regularizem a situação, é requisito que as mesmas instruem o processo com esta declaração de interesse municipal, razão pela qual vem aqui o presente ponto da ordem de trabalhos e todos os outros que lhe foram aditados consensualmente por esta Assembleia Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente o senhor Vice Presidente passou a prestar alguns esclarecimentos de ordem mais técnica relativamente aos pontos suprarreferenciados. Exige-se nestes casos, disse, uma declaração fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal relativamente àquele estabelecimento industrial e não em relação à empresa, que pode ou não ter sede no concelho.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Disse que depois do esclarecimento eloquente do senhor Vice-Presidente, pouco lhe resta para dizer, a não ser, que, depois de quatro anos a aprovar coisas parecidas com esta, que sistematicamente vinham aqui à Assembleia e que a Assembleia reclamava uma *check list* dos pontos fortes e fracos da empresa, trabalho que finalmente aparece.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que tinha percebido perfeitamente a situação de que se estava a avaliar o estabelecimento e não a empresa, mas que depois de 31 de dezembro estas situações não têm motivo para voltarem a aparecer.-----

-----A pedido da deputada municipal **Olga Silvestre (PSD)** foi distribuída uma sumula dos pontos aditados de 10 a 16, por forma a que todos os membros da Assembleia Municipal ficassem minimamente elucidados sobre os pontos em causa e pudessem votar em consciência, disponibilizando-se ainda os processos originais para quem os desejasse consultar.-----

-----Seguidamente foi posto a votação o ponto 9 da Ordem de Trabalhos - **PROC. N.º 04/336/2008 – REQUERENTE - PEDRAMOCA – Sociedade Extrativa de Pedra, Lda. – requer que seja emitida uma Declaração de Interesse Municipal, para legalização da ampliação de uma Pedreira de calcário ornamental, denominada “Cabeça Gorda”, sita em Cabeço Gordo, freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**10. Implementação da ARU (Área de Reabilitação Urbana) da vila de Porto de Mós. – Isenção de Taxas:**-----

-----Usou da palavra o senhor vereador Rui Marto dizendo que no âmbito da delimitação da ARU que veio a esta Assembleia na última sessão, no ponto 4.4 da memória descritiva prevê-se que seria necessário a Assembleia pronunciar-se sobre a isenção das taxas previstas, uma vez que tem essa prerrogativa.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aprovado por unanimidade.-----

-----11. PROC.º N.º 06-16/2015 - Joaquim António Rodrigues Coelho, requer o reconhecimento do Interesse Público Municipal, referente à legalização e ampliação de uma atividade pecuária, encontrando-se ativa, sita em Outeiro do Pinhal, freguesia de Porto de Mós – São João Baptista e São Pedro, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11:-----

-----O senhor Presidente da Câmara introduziu o assunto dizendo que à luz do novo PDM, esta situação é legalizável. No entanto, não se sabendo para quando a publicação da Carta da REN o proprietário esta a aproveitar esta prerrogativa para legalizar a empresa.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos **aprovado por unanimidade.**-----

-----12. PROC.º N.º 06-17/2015 - Innovation Stones, Lda., requer o reconhecimento do Interesse Público Municipal, referente à regularização e ampliação de uma indústria do tipo II, atividade na fabricação de artigos de mármore e de rochas similares, sita em Telhados Grandes, freguesia de São Bento, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11:-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos **aprovado por unanimidade.**-----

-----13. PROC.º N.º 06-18/2015 – Vasicol – Olaria de Barro Vermelho, Lda., requer o reconhecimento do Interesse Público Municipal, referente à regularização e ampliação de uma indústria, sita no lugar de Moitalina, freguesia de Pedreiras, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11:-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos **aprovado por unanimidade.**-----

-----14. PROC.º N.º 06-19/2015 – Socilégua – Promoção Imobiliária, Lda., requer o reconhecimento do Interesse Público Municipal, referente à regularização da antiga unidade industrial, sita na vila e freguesia do Juncal, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS)**, pediu a palavra para dizer que esta empresa está a poluir o rio, lançando no seu leito águas poluídas, havendo no Juncal, muita gente a reclamar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que tem conhecimento disso estando atento a essa situação. Disse ainda que está a haver decantação do efluente que é lançado na linha de água, estando identificado o problema, tendo de ser feito um pré tratamento para eliminar o problema.---

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos **aprovado por unanimidade**.-----

-----**15. PROC.º N.º 06-20/2015 – Revesperfil – Perfis e Revestimentos, Lda., requer o reconhecimento do interesse público municipal, referente à regularização e ampliação de uma indústria, sita em Ribeira de Baixo, freguesia de Porto de Mós – São João Baptista e São Pedro, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11:**-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos **aprovado por unanimidade**.-----

-----**16. PROC.º N.º 04-70/2015 – Donato Coelho e Gameiro, Lda., requer que seja emitida Declaração de Interesse Municipal, para legalização de uma unidade industrial tipo III, sita em Trás do Mato, freguesia de Mira de Aire, já objeto de deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2015, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11:**-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos **aprovado por unanimidade**.-----

-----**17. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente. Salientou apenas algumas atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal, nomeadamente a requalificação da zona alta da vila de Porto de Mós (Bairro de S. Miguel e Pragosa) que estava muito degradada, bem como

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

salientou as obras do Centro Escolar de Porto de Mós que decorrem a bom ritmo malgrado os problemas que houve com as fundações. Referiu ainda que também está em fase de conclusão o Parque Verde do Juncal.

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Usou da palavra para informar a Assembleia, na sequência da sua eleição para o conselho consultivo do ACES, que este organismo, lamentavelmente, ainda não funcionou.

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Referiu que apenas queria dizer que ficou muito satisfeito por o concelho estar bem classificado em todos os rankings referidos, faltando no entanto os indicadores mais importantes que são os que dizem respeito às pessoas e ao seu poder de compra.

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que essa análise é feita com base em movimentos bancários e muitas pessoas e empresas usam instituições bancárias de fora do concelho.

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que esta semana começou a constatar na vila, a colocação de placards informativos de monumentos da vila, manifestando o seu contentamento, e dizendo que só peca por tardio. Perguntou depois se apenas se vai limitar à vila de Porto de Mós ou se é extensível a outros pontos de interesse do concelho. Perguntou ainda se existe algum tipo de interligação entre os vários pontos e qual a informação que está disponível para os turistas quando acedem aos sites.

-----O senhor Presidente da Câmara passou a informar que a colocação dos painéis informativos tem a ver com uma candidatura que foi feita pelo município no âmbito da CIMRL e tem a ver com a divulgação turística do concelho.

-----O senhor Vice Presidente deu ainda uma achega, dizendo que efetivamente se trata de uma candidatura, mas que não se pense que não existe ali dinheiro do município investido tratando-se de mais um instrumento ao serviço do turismo.

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 1. Grandes Opções do Plano para o ano de 2016; 2. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2016, Quadro Plurianual de Programação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Orçamental (QPPO) 2016-2019, Relatório da Proposta de Orçamento e Medidas de Execução do Orçamento para o ano 2016; 3. Mapa de Pessoal para o ano de 2016; 7. Atualização da Titularidade dos Contratos de Fornecimento de Água; 8. Plano de Ação para a Energia Sustentável de Porto de Mós; 9. PROC. N.º 04/336/2008 – REQUERENTE - PEDRAMOCA – Sociedade Extrativa de Pedra, Lda. – requer que seja emitida uma Declaração de Interesse Municipal, para legalização da ampliação de uma Pedreira de calcário ornamental, denominada “Cabeça Gorda”, sita em Cabeço Gordo, freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós; 10. **Implementação da ARU (Área de Reabilitação Urbana) da vila de Porto de Mós. – Isenção de Taxas;** 11. **PROC.º N.º 06-16/2015 - Joaquim António Rodrigues Coelho**, requer o reconhecimento do Interesse Público Municipal, referente à legalização e ampliação de uma atividade pecuária, encontrando-se ativa, sita em Outeiro do Pinhal, freguesia de Porto de Mós – São João Baptista e São Pedro, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11; 12. **PROC.º N.º 06-17/2015 - Innovation Stones, Lda.**, requer o reconhecimento do Interesse Público Municipal, referente à regularização e ampliação de uma indústria do tipo II, atividade na fabricação de artigos de mármore e de rochas similares, sita em Telhados Grandes, freguesia de São Bento, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11; 13. **PROC.º N.º 06-18/2015 – Vasicol – Olaria de Barro Vermelho, Lda.**, requer o reconhecimento do Interesse Público Municipal, referente à regularização e ampliação de uma indústria, sita no lugar de Moitalina, freguesia de Pedreiras, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11; 14. **PROC.º N.º 06-19/2015 – Socilégua – Promoção Imobiliária, Lda.**, requer o reconhecimento do Interesse Público Municipal, referente à regularização da antiga unidade industrial, sita na vila e freguesia do Juncal, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11; 15. **PROC.º N.º 06-20/2015 – Revesperfil – Perfis e Revestimentos, Lda.**, requer o reconhecimento do interesse público municipal, referente à regularização e ampliação de uma indústria, sita em Ribeira de Baixo, freguesia de Porto de Mós – São João Baptista e São Pedro, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11; 16. **PROC.º N.º 04-70/2015 – Donato Coelho e Gameiro, Lda.**, requer que seja emitida Declaração de Interesse Municipal, para legalização de uma unidade industrial tipo III, sita em Trás do Mato, freguesia de Mira de Aire, já objeto de deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2015, para efeitos de instrução do pedido de regularização de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11; tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.** -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 24.00 horas do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dia 20 de novembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria
Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

